

MARCOS NOBRE

Imobilismo em movimento

Da redemocratização ao governo Dilma



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2013 Marcos Nobre

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Elisa von Randow

Preparação

Isabel Jorge Cury

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Ana Maria Barbosa

<?>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nobre, Marcos

Imobilismo em movimento : Da redemocratização ao governo
Dilma / Marcos Nobre. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

ISBN 978-85-7406-608-0

1. Brasil — Política e governo 2. Partidos políticos — Brasil
3. Política — História I. Título.

13-09443

CDD-320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : História política 320.981

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Abertura.....	7
Desigualdades e pemedebismo na nova modernização brasileira	9
1. Do declínio do nacional-desenvolvimentismo à estabilização: 1979-94	27
2. A desigualdade no centro da disputa: o sistema político polarizado dos anos FHC	65
O primeiro mandato (1995-8)	69
O segundo mandato (1999-2002)	89
3. O social-desenvolvimentismo e o fim da polarização: de Lula a Dilma	101
A primeira fase (2003-5)	104
Do mensalão ao final do segundo mandato (2006-10)	116
O “governo de ajuste” de Dilma Rousseff: algumas pistas ..	135

Considerações finais, perspectivas: as Revoltas de Junho e tendências do novo modelo de sociedade	142
Agradecimentos	159
Cronologia	162
Breve bibliografia de referência	169
Anexo: “Pemedebismo” e “lulismo”: um debate com André Singer	172
Notas	190
Índice remissivo	197

Desigualdades e pemedebismo na nova modernização brasileira

Com a passagem do governo FHC para o governo Lula, deu-se a primeira alternância de poder não traumática da redemocratização brasileira. O sistema de votação — a urna eletrônica — conta com a confiança do eleitorado. Os três Poderes, com todas as suas mazelas e deficiências, com suas escaramuças e cotoveladas, bem ou mal, funcionam. Formalmente, pelo menos, a redemocratização parece assim encerrada. Parece possível dizer que o país vive uma normalidade democrática.

E, no entanto, essas formalidades cumpridas, por importantes que sejam, não correspondem a uma vida política substantivamente democratizada. A democracia no país, tudo somado, é ainda muito pouco democrática de fato. Porque democracia não é apenas funcionamento de instituições políticas formais, não é apenas um sistema político regido formalmente por regras democráticas. Democracia é uma forma de vida que se cristaliza em uma cultura política pluralista, organizando o próprio cotidiano das relações entre as pessoas.

O país é grande, rico, extremamente desigual, com uma cultura política de baixo teor democrático. E as perguntas que

assombram nesse caso não podem ser outras senão: o que pode explicar desigualdades tão persistentes? O que pode explicar um bloqueio duradouro à ampla participação e discussão democráticas? Como o sistema político consegue manter sob controle os conflitos de uma sociedade assim desigual? À sua maneira e nos seus limites, este livro pretende contribuir para a construção de respostas a essas perguntas cruciais. Pretende narrar os pouco mais de trinta anos de história política que vão do último governo da ditadura militar, o do general João Baptista Figueiredo (1979-85), até a eleição de Dilma Rousseff, em 2010.

Com o declínio da ditadura militar, em ambiente de redemocratização, a abismal desigualdade brasileira se tornou insustentável. Uma lógica diferente de distribuição de renda, de poder, de recursos naturais e de reconhecimento social se configurou e se estabeleceu pouco a pouco a partir da década de 1980. Configurou-se um novo modelo de sociedade, internamente vinculado à democracia. Ainda que reprimida por décadas de ditadura e por uma cultura política autoritária, a população pobre e miserável não deixaria de usar o poder de sua mobilização e de seu voto para combater desigualdades de todos os tipos. Por outro lado, do ponto de vista da elite no poder, passou a ser essencial pelo menos o controle da velocidade e da amplitude de diminuição das desigualdades, especialmente, em um primeiro momento, das desigualdades de renda e de poder. Uma maneira, enfim, de controlar o passo de implantação do novo modelo de sociedade que nascia com a redemocratização.

Uma das teses centrais deste livro é a de que um dos mecanismos fundamentais desse controle está em uma cultura política que se estabeleceu nos anos 1980 e que, mesmo se modificando ao longo do tempo, estruturou e blindou o sistema político contra as forças sociais de transformação. Seu embrião foi a unidade forçada contra a ditadura militar (1964-85), que enformou o pro-

cesso de redemocratização. Na primeira metade dos anos 1980, essa unidade forçada veio sob a forma de uma união de todas as forças “progressistas” para derrotar o autoritarismo, que se impôs então como sendo indispensável.

Com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura. Tancredo Neves foi eleito presidente. Morto em abril do mesmo ano sem ter sido empossado, deixou no cargo o seu vice, José Sarney, quadro histórico de sustentação da ditadura militar, indicado pelo PFL (em 2007, a sigla mudou o nome para DEM), que se filiou ao PMDB por razões meramente formais da legislação. Mesmo com Sarney na presidência, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista.

A primeira crise enfrentada por essa blindagem se deu durante a Constituinte (março de 1987 a outubro de 1988), quando essa unidade forçada deu de cara com movimentos e organizações sociais, sindicatos e manifestações populares que não cabiam nos canais estreitos da abertura política. Sob o comando do chamado Centrão, bloco suprapartidário que contava com maioria de parlamentares do PMDB, o sistema político encontrou uma maneira de neutralizá-los, apostando na ausência de uma pauta unificada e de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas. Nasceu aí a primeira figura da blindagem do sistema político contra a sociedade, a quem dou o nome de pemedebismo, em lembrança do partido que capitaneou a transição para a democracia.

O progressismo também prevaleceu no impeachment de Collor, em 1992. Mas o período pós-impeachment deu origem a uma segunda figura do pemedebismo, que deixou para trás a ideo-

logia unificadora da união das forças progressistas. A resposta do sistema político ao processo de impeachment não foi uma reforma radical que o abrisse para a sociedade. Pelo contrário. Fincou-se como verdade indiscutível que Collor tinha caído porque não dispunha de apoio político suficiente no Congresso, porque lhe teria faltado “governabilidade”. Surgiu nesse momento a exigência, a partir de então inquestionável, de que esmagadoras maiorias suprapartidárias, segundo o modelo do Centrão da Constituinte, seriam indispensáveis não apenas para bloquear movimentos como o do impeachment, mas para que fosse possível governar.

Foi assim que o sistema se preservou sem mudar, fortalecendo sua lógica de travamento de grandes transformações, reprimindo as diferenças sob uma nova unidade forçada. Foi assim que a partir de 1993 foi sendo construído o “acordo da governabilidade”, segunda figura da blindagem do sistema político contra a sociedade, segunda figura do pemedebismo.

Após o impeachment, os canais de expressão das forças de oposição ao pemedebismo se estreitaram. A força das ruas que derrubou Collor foi substituída pouco a pouco pelo clamor da “opinião pública”. E a opinião pública foi substituída pela opinião da grande mídia. Para obrigar o sistema a mudar, pouco que fosse, era necessário produzir campanhas intensivas de denúncias vocalizadas pela grande mídia. Até o final do mandato de Itamar Franco, em 1994, as ferramentas de blindagem foram sendo produzidas, testadas e aperfeiçoadas. Seu desenvolvimento se deu ao longo dos dois mandatos consecutivos de FHC (1995-2002).

Apesar de o PT ter se mantido durante mais de uma década como representante por excelência do antipemedebismo, o mesmo figurino se repetiu no período Lula, após o escândalo do mensalão, em 2005. Vendo-se acossado pelo fantasma do impeachment, o governo Lula aderiu à ideia pemedebista de construção

de supermaiorias parlamentares. Depois do mensalão, no restante do período Lula, completou-se o desenvolvimento das ferramentas de blindagem pemedebistas, cujo uso continuou de maneira ainda mais ostensiva sob a presidência de Dilma Rousseff, a partir de 2011.

O clamor da opinião pública já não conseguia provocar sequer arranhões nessa blindagem do sistema político. Cada vez mais questionada, a própria mídia deixou de desempenhar o papel de canalizar a insatisfação. Parecia que o país tinha se conformado com um sistema político fechado em si mesmo, impotente diante do fechamento dos canais de protesto capazes de furar o bloqueio. Até que veio junho de 2013, com sua rejeição incondicional do pemedebismo, traço comum à diversidade das Revoltas.¹

Uma das tarefas deste livro será tentar mostrar como se deu a construção dessa cultura política estruturante da redemocratização brasileira, o pemedebismo. Não se trata de restringir essa cultura política à prática de um único partido. Denominar assim a cultura política dominante deve-se ao fato de seu modelo ter sido primeiramente gestado no período em que o PMDB teve posição de dominância, na década de 1980. Depois disso, a partir da década de 1990, já refuncionalizado, o pemedebismo se destacou do partido em que foi gestado inicialmente, passando a moldar o sistema político de maneira mais ampla.

Mas, seria possível perguntar, o pemedebismo não seria simplesmente uma descrição da política como ela é, tal como efetivamente praticada mundo afora? Não seria a política pemedebista por toda parte? Não parece fácil encontrar contrapartidas exatas do pemedebismo em outros lugares, ainda que se possam talvez fazer aproximações. É fato que o período que se convencionou chamar de neoliberal e que teve seu auge na década de 1990 provocou uma

aglutinação mundial de forças políticas majoritárias em torno de um novo centro político, carregado de receitas e prescrições ideológicas próprias da cartilha da globalização. E esse novo centro estreitou o horizonte das discussões e das alternativas de ação, como ficou gravado no bordão atribuído à primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher ao caracterizar sua própria política neoliberal: “Não há alternativa”. Mas, ao mesmo tempo, esse fenômeno mundial não se dá da mesma forma em toda parte.

Para encontrar contrapartidas do pemedebismo em outros sistemas políticos, seria preciso ver reunidos pelo menos cinco elementos fundamentais: o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a “governabilidade”; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral). Encontrar contrapartidas exatas que contenham todos esses elementos simultaneamente não é tarefa óbvia.

Estabelecido o pemedebismo como uma cultura política peculiar, uma segunda pergunta que se poderia fazer aqui seria a seguinte: mas se o apoio político está, por assim dizer, à venda, e se os diferentes grupos lutam entre si pelo melhor acordo possível, por que, então, os governos simplesmente não negociam no varejo o apoio, quebrando os diferentes partidos e mesmo as bancadas suprapartidárias?

Isso só seria possível sem a lógica de formar enormes blocos no Congresso para “garantir a governabilidade”. Quando governos tentam fazer acordos no varejo, encontram sempre a resistência dessa lógica de “Centrão”, a exigência de aceitar primeiro o superbloco de apoio, o apoio a granel, por assim dizer, para, só então, estar autorizados a fazer acordos no varejo. É o sistema político enquanto tal que impõe a exigência de que, no limite, todas as forças políticas representadas no Congresso estejam no governo. Uma contraprova pode ser encontrada no episódio do mensalão, em 2005, que marca o final da tentativa da primeira fase do período Lula de negociar apoio no varejo político, sem antes estabelecer um acordo com um superbloco parlamentar.

A cultura política pemedebista impõe a supermaioria antes de dar início às disputas por espaço dentro do superbloco governista. A competição não se dá apenas entre partidos, nem somente dentro de cada partido, na luta por espaço dentro de uma máquina partidária específica, já estabelecida e em funcionamento. Ela se dá, antes de tudo, no interior do próprio superbloco pemedebista. E isso inclui diferentes constelações de grupos, que se aliam ou não conforme seus interesses de veto ou de chantage ao governo.

Partidos são configurações precárias e instáveis de correlações de forças no interior do pemedebismo. Não é de estranhar, portanto, a importância da formação de bancadas suprapartidárias no Congresso Nacional: bancada da bola, da bala, ruralista, evangélica, religiosa etc. Conquistar espaço no pemedebismo não significa apenas conquistar um quinhão do Estado no qual seja possível reproduzir uma máquina política, seja de um partido, seja de um grupo político. Significa também conquistar direito de *veto* a iniciativas potencialmente prejudiciais à cota de que se dispõe como sócio do condomínio. (Insisto na expressão “condomínio pemedebista” porque penso ser mais adequada para descre-

ver o sistema político do que a habitualmente utilizada, o “presidencialismo de coalizão”, que pode dar a entender que se trata de um sistema com uma cultura política muito mais efetivamente democrática do que a que se tem de fato.)

Da mesma maneira como o governismo está internamente ligado à formação do superbloco, também as demais marcas características do pemedebismo são mal entendidas quando isoladas do conjunto. Seria possível dar muitos exemplos da estrutura de vetos pemedebista, mas me limito a um. No início do governo Dilma Rousseff, o Ministério da Educação vinha preparando material pedagógico de combate à discriminação e à violência contra homossexuais, travestis e transgêneros, conhecido como kit anti-homofobia. No mesmo momento, em maio de 2011, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, estava enfrentando acusações públicas de evolução irregular de seu patrimônio durante o exercício do mandato de deputado federal, entre 2007 e 2010, vinculadas à compra de um apartamento de luxo em bairro nobre da cidade de São Paulo. A bancada religiosa no Congresso (composta de representantes de quase todos os partidos) imediatamente rebatizou pejorativamente o material de “kit gay” e ameaçou convocar Palocci para explicar a evolução de seu patrimônio. Ameaçou ainda obstruir a pauta da Câmara e criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a contratação pelo ministério da ONG que elaborou a cartilha. A presidente determinou que fosse suspensa a distribuição do material. E o partido líder do condomínio pemedebista, o PT, abriu mão naquele momento de uma bandeira histórica de seu programa político.

E, no entanto, apesar de numerosos nas disputas políticas de bastidores, são poucos os casos de vetos que chegam à luz da discussão pública. Na lógica pemedebista, a grande maioria dos casos de veto permanece na sombra dos gabinetes. É dessa maneira que a cultura política pemedebista se constitui em um

complexo sistema de travas à mudança. E a produção de mudanças depende da capacidade não de enfrentar diretamente os vetos, mas pelo menos de contorná-los. Exemplo de contorno de vetos foi o reconhecimento da união estável homoafetiva para fins tributários por meio de uma resolução de um órgão do Executivo, a Receita Federal, ocorrido em 2010, confirmado posteriormente, em maio de 2011, pelo Judiciário, por julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Olhando as datas em retrospectiva, vê-se que a reação da bancada religiosa ao kit anti-homofobia foi também reação a um movimento que vinha do Executivo e do Judiciário para legalizar uniões homoafetivas, contornando os vetos presentes no Legislativo, em que as propostas de lei nesse sentido tinham fracassado. O reconhecimento da união estável homoafetiva levou casais homossexuais a reivindicar a conversão da união em casamento, tática de luta que se espalhou por vários estados. Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça decidiu que todos os cartórios do país estavam obrigados a habilitar pessoas do mesmo sexo a se casarem, sem a necessidade nem mesmo de passar pelo reconhecimento prévio de uma união estável.

É comum ouvir que movimentos de contorno de veto como esses representariam uma “judicialização da política” ou o exercício de um “ativismo judicial”. Como se o Judiciário estivesse indo além do que seria o seu domínio próprio, invadindo competências que pertenceriam ao Legislativo e mesmo ao Executivo. Nessa visão, o Judiciário teria já uma espécie de espaço predeterminado de atuação, fixo, imóvel e imutável, estabelecido sabe-se lá por que mente iluminada, que sabe de antemão como as coisas devem ser, independentemente das disputas políticas concretas. De acordo com essa visão privilegiada, o Judiciário brasileiro seria, no final das contas, algo como uma porta dos fundos do sistema político.

Quando se afasta uma visão redutora como essa, o Judiciário passa a ser entendido como integrante pleno do sistema político, tanto quanto o Legislativo ou o Executivo, com a especificidade que lhe é própria, mas ele também atuando segundo a lógica pemedebista que domina o sistema. É mais um espaço em que são lançadas iniciativas, esperando que elas sejam capazes de contornar vetos. Com o recurso também à figura tão cambiante, mas por vezes decisiva, da opinião pública. Dependendo das circunstâncias, do grau de organização dos grupos de veto e de sua capacidade efetiva de exercê-lo, decide-se pela concentração de esforços na continuidade da ação ou pelo recuo. A maioria esmagadora dos balões de ensaio não prospera. Nem chega a ver a luz do debate público mais amplo. É claro que coisa muito diferente seria observar em operação um Judiciário que não estivesse submetido à lógica pemedebista mais ampla do sistema político. Mas não é o que se deu na longa redemocratização brasileira.

Se se quiser um exemplo de sucesso no contorno de vetos no âmbito do Executivo, a figura de Lula é emblemática. Sua capacidade de operar com sucesso no ambiente pemedebista ficou evidenciada em algumas das iniciativas que se tornaram marcas de seu governo: a política de aumentos reais do salário mínimo, a do Programa Bolsa Família, ou da expansão do acesso ao crédito. Benefícios contra os quais ninguém se opôs publicamente, ou seja, que não encontraram vetos e que só por isso prosperaram no começo. Foram iniciativas que não dependeram de complexas negociações partidárias.

Lula é emblema da representação política para estratos sociais historicamente marginalizados da representação também porque, em boa medida, conseguiu traduzir nos termos do pemedebismo avanços sociais aguardados havia muito tempo. Soube garantir, por palavras e atos, que a parcela historicamente marginalizada tinha passado a fazer parte do condomínio pemedebista, tinha

ganhado direito a *veto*. Pouco a pouco, com a consolidação das instituições democráticas e de avanços sociais concretos, esse veto pôde se expressar também sob a forma do voto: favorecendo candidaturas que impeçam o bloqueio ou o recuo no projeto de diminuição da pobreza e das desigualdades. Em outras palavras, estratos historicamente marginalizados foram pela primeira vez efetivamente “incluídos” — no sentido peculiar que tem a inclusão em uma cultura política de fundo caracterizada pelo pemedebismo.

Não se trata de uma inclusão no qual quem antes estava à margem passa a exercer cidadania plena, conquistando enfim direitos sociais e reconhecimento social de tratamento igual, como iguais integrantes do espaço público. Como também não se trata de dizer, ao contrário, que não aconteceu inclusão alguma. Em um sistema político dominado pelo pemedebismo, é enganoso utilizar a linguagem da inclusão cidadã sem a devida qualificação, sem mostrar as formas específicas de subordinação e de hierarquização que daí se seguem. Cidadania significa nesse caso ser a favor de generalidades abstratas e sem consequências práticas efetivas (como “saúde, educação, emprego, segurança e moradia para todos”) e ser muito concretamente contra mudanças específicas em relação a padrões de distribuição — de poder, de renda, de reconhecimento social.

A história de todo esse complexo arranjo social começou com a modernização acelerada e profundamente desigual ocorrida durante a ditadura militar, que transformou radicalmente o país, ao mesmo tempo que impediu que os múltiplos e variados resultados sociais dessa transformação encontrassem expressão política pública, democrática, que pudessem se organizar de maneira menos fragmentária do que sob o guarda-chuva da oposição ao regime.

Modernizar aceleradamente um país das proporções e com as desigualdades do Brasil sob uma ditadura significou não ape-

nas impedir o confronto aberto e democraticamente regrado de suas gigantescas diferenças. Cristalizou também uma forma conservadora de lidar com as diferenças e desigualdades, mesmo depois do fim da ditadura, mesmo já em ambiente democrático. Este livro se ocupa de contar essa história.

Este livro está dividido em três períodos. O primeiro, de 1979 a 1994, é o período em que ocorrem a criação e a consolidação do pemedebismo como marca característica conservadora do sistema político. Em seguida, narra-se o período que vai de 1994 a 2002, do Plano Real até o final do segundo mandato de FHC, em que esse conservadorismo é remodelado para aceitar uma transformação mais profunda do que a lógica pemedebista normalmente suportaria, uma acomodação em que um sistema em dois polos é constituído. E, por fim, o período de 2003 a 2010, que compreende os dois mandatos de Lula e a eleição de Dilma Rousseff à presidência, e em que, ao longo do segundo mandato de Lula, desaparece o sistema em dois polos, restando apenas o pemedebismo e seu condutor único, o PT.

Cada um dos períodos é, por sua vez, subdividido segundo suas próprias lógicas de desenvolvimento, com exceção da primeira fase, até 1994, que é analisada em bloco (mesmo se são considerados os seus sucessivos governos, desde o último da ditadura militar até o governo Itamar Franco, passando pelas presidências de José Sarney e de Fernando Collor de Mello). O período FHC se divide em seus dois mandatos presidenciais, já que a aguda desvalorização do real, que marca uma nova etapa, ocorreu em janeiro de 1999, logo no início do segundo mandato. O período Lula-Dilma foi dividido em duas grandes fases: do início do primeiro mandato de Lula, em 2003, até o episódio do mensalão, em 2005; e do mensalão até o final do segundo mandato, em 2010

(sendo que, do ponto de vista da política econômica, essa segunda fase tem dois momentos distintos: antes e depois da eclosão da crise econômica mundial, em 2008). Correspondentemente, será mostrado como a cultura política de fundo que estrutura as disputas vai se transformando em cada um desses períodos. Se não se trata de confundir o pemedebismo com o partido que lhe deu origem, é fato que o PMDB é o fio condutor mais adequado para contar o processo de transformações por que passou a cultura política pemedebista entre as décadas de 1980 e 2010.

Restringir a narrativa apenas aos partidos líderes, aos polos do sistema político (pelo menos até o primeiro mandato de Lula), PT e PSDB, significa também aceitar a ilusão analítica típica da narrativa política: a de que se entende a sucessão de eventos, governos e decisões olhando apenas para os condutores do bloco no poder. Nessa ilusão, a política fica reduzida ao sistema político, à política institucional, à política partidária e à relação formal entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E, como bem demonstraram as Revoltas de Junho de 2013, política e democracia são muito mais amplas e profundas do que isso.²

Não se pretende aqui de modo algum reduzir a política ao sistema político, à política institucional, oficial, governamental, partidária, de Estado. Democracia não deve ser entendida de maneira limitada, simplesmente em termos de um regime político, ligado a uma forma e sistema de governo determinados. Democracia é uma forma de vida, uma moldura sempre móvel e flexível em que se encontram padrões de convivência e interação com que moldamos o cotidiano. Também por isso, a democracia só pode se sustentar nos termos de uma cultura política flexível o suficiente para suportar questionamentos radicais, não se fixando em um conjunto determinado de valores imposto à sociedade como um todo. Uma cultura política democrática tem de estar em constante aprofundamento e difusão pelo conjunto da vida social.

Política envolve esferas públicas formais e informais de discussão, padrões de reconhecimento social, possibilidades concretas de desenvolvimento de projetos de vida pessoais e coletivos. A política está no cotidiano da vida social em suas muitas dimensões. A mesma observação vale, aliás, para o sistema econômico. Tanto o sistema político como o econômico devem ser entendidos aqui como *expressões limitadas* de processos mais profundos que ocorrem naquela esfera usualmente chamada de sociedade.

A maneira como este livro pretende ao menos mitigar a ilusão analítica de centrar a narrativa apenas nos sistemas político e econômico é justamente tomá-los como expressões, mesmo que limitadas, de processos sociais mais profundos. Isso se dá aqui por meio das ideias mais amplas de “modelo de sociedade” e de “cultura política”. Modelo de sociedade, cultura política são formas enraizadas na vida social, nas instituições políticas formais, na economia, no cotidiano. São noções que balizam visões de mundo, que legitimam a maneira como se distribuem riqueza, poder, recursos ambientais, reconhecimento social. Um modelo de sociedade não é apenas um programa econômico nem somente uma maneira determinada de entender a política, mas um padrão de regulação social mais amplo. E essa maneira abrangente de regular a vida social se expressa em uma cultura política determinada.

Mostrar, por exemplo, o descompasso entre uma cultura política pemedebista que domina o sistema político e um novo modelo de sociedade que exige uma nova cultura política — que já se instalou, mas ainda não se aprofundou — significa apontar para transformações de grande alcance, que foram assimiladas apenas parcialmente tanto pelo sistema político como pelo sistema econômico. A unidade do período pós-Real em relação ao período anterior está em que suas duas grandes fases — a do governo de FHC, de um lado, e a de Lula e de Dilma, de outro —

tiveram por objetivo *dirigir* o pemedebismo, e não reformar radicalmente o sistema político. É nesses termos que enunciam seus diferentes projetos.

Ao mesmo tempo, colocando a inflação sob controle, o período FHC fez com que, finalmente, a desigualdade abissal do país fosse explícita e diretamente para o centro do debate e da disputa política. Ao colocar como elemento central e explícito de seu governo a diminuição das desigualdades, o período Lula acabou por consolidar um novo modelo de sociedade. A partir daí, o que passou a estar em causa foi o aprofundamento ou não desse modelo, bem como a velocidade em que esse processo pode se dar.

Apesar de todas as travas e barreiras erguidas pelo pemedebismo contra uma mudança no modelo de sociedade, a longa redemocratização brasileira foi aos poucos criando e consolidando um novo modelo desse tipo, chamado neste livro social-desenvolvimentismo, dotado de uma cultura política que permeia a vida social muito além do pemedebismo. É a história desse “imobilismo em movimento” que se trata de contar aqui.

De forma inédita, firmou-se um modelo de sociedade ligado internamente à democracia. Segundo o novo modelo de sociedade, “social” quer dizer democrático, tanto no sentido de um regime de governo como no sentido mais profundo do combate às diversas formas de desigualdade, de não impor ao conjunto de cidadãos, aos muitos povos que habitam o território (os indígenas, essencialmente) um modelo determinado de levar a própria vida como obrigatório e inescapável. O social-desenvolvimentismo não aceita como inevitáveis para o desenvolvimento do país padrões de desigualdade indecentes, medidos por qualquer padrão disponível. Como também não aceita que desenvolvimento econômico signifique devastação ambiental ou um sistema político estruturalmente corrupto.

Segundo o novo modelo, só é desenvolvimento autêntico aquele que é politicamente disputado segundo o padrão e o metro do social, quer dizer, aquele em que a questão distributiva, em que as desigualdades — de renda, de poder, de recursos ambientais, de reconhecimento social — passam para o centro da arena política como o ponto de disputa fundamental. À sua maneira peculiar e zigzagueante, em uma interpretação coletiva penosamente construída, foi essa a concretização de uma imagem de sociedade presente no texto da Constituição Federal de 1988. Esse modelo de sociedade não pertence, portanto, a um único governo ou partido, mas é um projeto coletivo, gestado durante a longa transição para a democracia.

O pemedebismo, a cultura política de fundo contra a qual foi moldado a duras penas o novo modelo de sociedade, obstrui e bloqueia o seu pleno desenvolvimento. O surgimento e a consolidação do social-desenvolvimentismo se deram *apesar* de uma cultura política pemedebista. Na nova modernização social-desenvolvimentista, há um descompasso entre o modelo de sociedade que se consolidou e a cultura política que ainda domina o sistema político, que não o expressa em toda a sua amplitude e novidade, marcada que ainda está pelo pemedebismo da longa transição brasileira para a democracia.

Este livro se põe entre a penosa construção do projeto social-desenvolvimentista e seu rebaixamento, a cada vez, pela lógica bloqueadora do pemedebismo. Aceitar como dado que o passo que se verificou até aqui seja o único possível, tomar como inevitável que o feito até aqui seja o máximo que permite um suposto realismo político, essa é a ideologia que emperra o desenvolvimento do novo modelo de sociedade. E é essa ideologia que se trata de pôr a descoberto. Como o fizeram, nas ruas, as Revoltas de Junho de 2013.

Selecionei da multidão de processos e acontecimentos apenas aquilo que entendi ser o mais relevante para apresentar meu relato. A bibliografia de referência se pretende meramente indicativa. Também evitei o quanto possível interromper a narrativa com indicações bibliográficas detalhadas e notas extensas. Assinalei apenas publicações que foram importantes para algum aspecto central do argumento em determinados momentos do texto.

A base para a redação deste livro se encontra em análises realizadas principalmente depois de 1998, publicadas tanto em revistas acadêmicas como na internet e em jornais. Não cabe listar uma a uma todas essas publicações, mas é importante pelo menos um registro geral: uma colaboração semanal para o jornal *Folha de S. Paulo* (durante as eleições de 2006 e ainda entre 2007 e 2010), em que publiquei também artigos mais longos, no caderno *Ilustríssima*; uma colaboração regular para a revista eletrônica *Trópico* (entre 2004 e 2006); vários artigos publicados na revista do Cebrap, *Novos Estudos*, entre 1992 e 2012; textos e entrevistas para os jornais *Valor Econômico* (incluindo o caderno *Eu&Fim de Semana*) e *O Estado de S. Paulo* (no caderno *Aliás*); e dois ensaios mais longos publicados pela revista *piauí*. Por fim, mas não por último, o breve livro eletrônico de intervenção que produzi a convite da Companhia das Letras, *Choque de democracia. Razões da revolta*, lançado no final de junho de 2013. A todas essas instituições e publicações, agradeço, primeiramente, por terem acolhido as intervenções e ainda por terem permitido que pudessem ser utilizadas como base de apoio para a produção do texto apresentado aqui.